

De acordo com as alterações introduzidas no número anterior, o número 110 da *Nação e Defesa* é composto por duas partes. A primeira, de natureza temática, inicia uma discussão sobre a evolução da Teoria das Relações Internacionais desde o fim da Guerra Fria e depois dos ataques de 11 de Setembro de 2001. A segunda parte, extra temática, trata de vários temas da segurança internacional e europeia, e da defesa nacional.

Começando pela última parte, o número 110 publica três artigos dedicados à segurança da Europa. Na direcção de leste para oeste, Carlos Gaspar discute o papel da Rússia na segurança europeia. Segundo o autor, o fim da Guerra Fria provocou a “europeização” da política de segurança de Moscovo. O conceito refere-se a um processo duplo e paralelo: por um lado, a ocidentalização do regime; e, por outro lado, a regionalização da política de defesa e segurança. Convém desde logo referir que o termo “regionalização”, no caso russo, não é inteiramente idêntico a “europeização”. Dada a extensão do seu território, a Rússia será sempre uma ‘dupla potência regional’: na Europa e na Ásia. No entanto, o termo “regionalização” resume o declínio da Rússia, em relação à antiga superpotência soviética, e hoje a sua influência na América Latina, em África, e mesmo no Médio Oriente, é certamente menor, em comparação com o que acontecia durante o conflito bipolar. O autor nota a existência de uma tensão entre a tendência de cooperação da política de segurança russa, resultante da “ocidentalização”, e a emergência de ressentimentos nacionalistas, fruto do declínio e da regionalização das estratégias de Moscovo. Esta tensão está, em última análise, ligada às “oscilações identitárias entre o Oriente e o Ocidente” que continuam a marcar a Rússia.

Ainda no leste europeu, Teresa Cierco e Raquel Freire analisam as implicações do conflito entre a Arménia e o Azerbaijão, a propósito da região do Nagorno-Karabakh, para a segurança regional. Depois de fazerem uma breve e informativa introdução à história do conflito, as autoras abordam três temas. Em primeiro lugar, o modo como

o conflito afecta os países vizinhos. Em segundo lugar, as consequências resultantes das intervenções das grandes potências e das potências regionais, como os Estados Unidos, a Rússia, a Turquia e o Irão. Por fim, o papel das organizações internacionais, particularmente a Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), na mediação do conflito, e o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, nas actividades de ajuda humanitária. As autoras terminam associando a resolução do conflito com a promoção da estabilidade política em toda a região do Cáucaso. As questões europeias concluem-se a Ocidente, com um texto de Laura Ferreira-Pereira sobre a defesa europeia. A partir de uma perspectiva histórica, que se inicia com o pós-Guerra, a autora examina as iniciativas que visaram construir uma defesa europeia. O fim da Guerra Fria provocou uma profunda alteração, através da qual, a defesa europeia abandona o “estado de limbo histórico”, em que viveu entre 1954 e 1992, para ocupar um lugar de destaque no “topo da agenda comunitária”.

A segunda parte do número 110 trata ainda de outros três temas. Henrique Veríssimo discute a natureza da transição paradigmática de uma concepção quase exclusivamente militar de defesa para um entendimento da defesa onde a “componente económica” ocupa um lugar de destaque. A mudança de paradigma resulta, antes de mais, das alterações dos conflitos e das ameaças globais e exige, em segundo lugar, novas estratégias de defesa, onde a integração europeia desempenha um papel crucial. Alexandre Carriço debruça-se sobre a segurança no Estreito de Taiwan, uma das questões mais complicadas da segurança internacional. O autor aborda, mais especificamente, a política norte americana em relação à defesa da ilha, colocando-a no contexto das relações bilaterais entre Washington e Pequim. Por fim, Szabó Miklós, Director do Instituto de Defesa Nacional da Hungria, e igualmente historiador de formação, analisa a história da Força Aérea húngara desde o período da monarquia até à sua destruição, em Maio de 1945, no final da Segunda Guerra Mundial.

A parte temática do número 110 é dedicada às implicações do fim da Guerra Fria e dos ataques de 11 de Setembro de 2001 para a Teoria das Relações Internacionais. No primeiro artigo, Luís Moita, discute o conceito de “império”. O autor assume um triplo objectivo com o seu estudo. Em primeiro lugar, a partir de uma perspectiva histórica, recupera os conceitos de “império” e de “imperialismo”, recuperando a distinção convencional entre “impérios pré-modernos” e “impérios modernos”. Em segundo lugar, Luís Moita está interessado em analisar o caso particular dos Estados

Unidos, onde a tensão entre a “recusa imperial” e o “destino manifesto” marcam de um modo muito específico a natureza da expansão norte americana. Por fim, o autor termina com uma abordagem crítica de alguns dos principais trabalhos sobre o conceito de “império”, delineando deste modo os termos do debate actual sobre o “império norte americano”. No segundo artigo temático, Lobo Fernandes, considera os desafios impostos pelas alterações estruturais, sofridas pelo sistema internacional na última década e meia, à Teoria das Relações Internacionais. A confluência do fim da Guerra Fria e do conflito bipolar, dos desafios da modernização aos fundamentos do sistema Vestfaliano, e os eventos do 11 de Setembro de 2001 e do 11 de Março de 2004 contribui para diminuir o valor explicativo dos principais conceitos das Relações Internacionais. Em particular, segundo o autor, é fundamental clarificar a nossa compreensão sobre o “papel dos actores transnacionais” e a natureza das “formas de guerra assimétrica”.

Os dois artigos sobre a Teoria das Relações Internacionais visam iniciar um debate mais aprofundado sobre os desafios conceptuais e analíticos que a disciplina enfrenta como resultado das alterações da política mundial desde 1989. Em lugar de dedicar um número da *Nação e Defesa* à Teoria das Relações Internacionais, dando um pouco a imagem de ‘tratamento exclusivo e definitivo’ sobre o tema, pretende-se estimular o debate e a natureza necessariamente especulativa e aberta do exercício. Convida-se, assim, os académicos e investigadores que se interessam pela Teoria das Relações Internacionais a participar na discussão.

Por fim, como o leitor pôde desde logo constatar, com o presente número deu-se uma significativa alteração gráfica com a qual se inicia a 3ª Série da *Nação e Defesa*, desde o número 0, lançado em 1976. Às alterações da linha editorial, achámos por bem, aliar uma modernização de natureza gráfica, que só agora foi possível operar, mas que consubstancia no seu conjunto a renovação iniciada. Aos nossos leitores caberá a última palavra, na certeza, de que tudo fizemos para melhor os servir.

João Marques de Almeida